

★ continuação

CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. - CNPJ nº 58.635.517/0001-37

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. **3.4 Custos orçados das obras e projetos:** Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras e projetos, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. **3.5 Mudanças nas principais políticas contábeis:** A partir de 1º de janeiro de 2024, o Grupo adotou as alterações ao CPC 26/IAS 1, referentes à Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes, emitidas pelo IFRS. As alterações visam esclarecer que a classificação de passivos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) só será afetada quando o atingimento desses índices for exigido até a data do balanço. Além disso, o Grupo levou em consideração as modificações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações), que esclarecem as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigem divulgações adicionais sobre tais acordos. Os requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a entender os impactos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez da entidade. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. **3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas, emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: (a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; (b) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; (c) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; (d) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que Referenciam Energia Provenientes de Fontes Renováveis. Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações e os novos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

9. INTANGÍVEL

Saldo em 31/12/2023		15.216
Custo histórico		31.054
Amortização acumulada		(15.838)
Adições		2.911
Amortização		(3.641)
Baixa e transferência - outros ativos		5
Saldo em 31/12/2024		14.490
Custo histórico		33.969
Amortização acumulada		(19.479)

10. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	25.282	5.111	19.298	3.986
Cíveis	40	2	12	21
Fiscais	97	2.261	88	2.172
Outros	-	69	-	2
Total	25.419	7.443	19.398	6.181

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Saldo em				Atualização monetária	Saldo em	Saldo em
	31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos			
Trabalhistas (a)	19.298	10.277	(1.443)	(4.951)	2.101	-	25.282
Cíveis	12	234	(30)	(177)	2	-	40
Fiscais	88	19	-	(19)	8	-	97
Total	19.398	10.530	(1.473)	(5.147)	2.111	-	25.419

Depósitos Judiciais
Perdas possíveis: A companhia tem outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para eles, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estavam assim representadas:

	31/12/2024	31/12/2023	
Trabalhistas	120.408	144.521	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	4.617	3.979	danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	6.810	6.153	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - outros	19.992	20.031	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	151.827	174.685	

No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal decidiu pela aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões. O Grupo permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR.

A Administração do Grupo, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, dividido em 1.634.743.834, ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal (1.634.743.834 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal. **Destinação do lucro líquido do exercício:** A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido base para destinação	39.677	39.677
Reserva legal	-	(1.984)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	-	(28.270)
Dividendo mínimo obrigatório	-	(9.423)

12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Receita de prestação de serviço	929.922	702.076
Prestação de Serviços Operação e Manutenção	929.922	702.076
Outras receitas e rendas	78.314	66.603
Total da receita operacional bruta	1.008.236	768.679
Deduções da receita operacional		
ICMS	(5.567)	(4.894)
PIS	(9.368)	(7.253)
COFINS	(43.059)	(33.429)
ISS	(30.658)	(23.553)
Receita operacional líquida	919.584	699.550

13. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2024									
	Custo com operação		Despesas Operacionais						Total	
	2024	2023	Gerais e administrativas		Outros		2024	2023	2024	2023
Pessoal	387.920	317.734	8.804	7.071	24.929	23.178	-	-	421.653	347.983
Material	183.390	141.322	137	39	1.002	1.071	-	-	184.529	142.432
Serviços de terceiros	154.041	96.351	371	334	34.686	33.243	-	-	189.098	129.928
Outros	5.276	7.280	71	50	15.267	11.399	1.730	(7.926)	22.344	10.781
Taxa de arrecadação	-	-	4	1	-	-	-	-	4	1
Arrendamentos e alugueis	-	3.814	-	-	-	-	-	-	-	3.814
Publicidade e propaganda	-	(17)	-	-	3.322	2.377	-	-	3.322	2.360
Legais, judiciais e indenizações	-	(1)	-	-	9.596	6.433	-	-	9.596	6.432
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	1.730	(7.926)	1.730
Outros	5.276	3.484	67	49	2.349	2.589	-	-	7.692	6.122
Total	730.628	562.687	9.383	7.494	75.885	68.892	1.730	(7.926)	817.624	631.124

14. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	7.452	4.381
Acréscimos e multas moratórias	101	159
Atualização de créditos fiscais	1.117	651
Atualização de depósitos judiciais	378	381
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(421)	(259)
Outros	2	1
Total	8.629	5.314
Despesas		
Encargos de dívidas	(4.330)	(5.994)
Atualizações monetárias e cambiais	(2.521)	(2.701)
Outros	(3.105)	(1.572)
Total	(9.956)	(10.267)
Resultado financeiro	(1.327)	(4.953)

Diretoria

CAIUS VINICIUS MALAGOLI
Diretor Presidente

BO TAN
Diretor

FU LI
Diretor

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor

Contabilidade

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros - CRC 1SP 321353/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais completas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, da CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. foi emitida pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes em 26 de fevereiro de 2025, sem ressalvas. A íntegra das demonstrações financeiras da Companhia e do relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos informados nesta publicação resumida.

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Publique seus atos societários no jornal impresso!

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

PORTAL ESTADÃO RI